

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**Letícia Silva**

**GESTÃO E INCLUSÃO: O CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS  
MUNICIPAIS DE JAGUARI/RS**

**Sobradinho, RS, 2018**

**Letícia Silva**

**GESTÃO E INCLUSÃO: O CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE  
JAGUARI/RS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização-em Gestão Educacional EAD da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Profa. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Sobradinho, RS,  
2018

**Letícia Silva**

**GESTÃO E INCLUSÃO: O CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS  
DE JAGUARI/RS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização-em Gestão Educacional EAD da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

**Aprovado em 29 de junho de 2018:**

---

**Alexandra Silva dos Santos Furquim, Me. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Daniela de Oliveira Pires, Dra. (UFSM)**

---

**Denize da Silveira Foletto, Dra. (UFSM)**

---

**Elena Maria Mallman, Dra. (UFSM)**

(Suplente)

Sobradinho, RS, 2018

## **RESUMO**

### **GESTÃO E INCLUSÃO: O CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JAGUARI/RS**

AUTORA: LETÍCIA SILVA

ORIENTADORA: ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Este trabalho teve como objetivo geral compreender a contribuição da gestão escolar para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais em duas escolas municipais de Jaguari/RS, sendo uma escola de educação infantil e uma escola de ensino fundamental. Nesse contexto, pretendeu-se identificar as estratégias postas em ação pela gestão escolar frente ao movimento de inclusão desse público na escola comum. A pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa de cunho qualitativo e como instrumentos de coleta de dados foram utilizados questionário semiestruturado e o Projeto Pedagógico das escolas. O questionário foi respondido por dois diretores e duas coordenadoras pedagógicas, representantes da equipe gestora de duas escolas municipais de Jaguari/RS. Para a escrita do trabalho foram utilizados como aportes teóricos a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e estudos referentes à Gestão Escolar e Educação Especial. Dentre os autores que embasaram a escrita estão Caregnato (2006), Mutti (2006), Gadotti (2004), Glat (2012), Antunes (2012), Gonçalves (2015), Libâneo (2004), Luck (2006), Mendes (2014), Vilaronga (2014), Zerbato (2014), Milanesi (2012), Silva (2009) e Yin (2001). A partir dos dados obtidos foi possível identificar que os participantes da pesquisa possuem pouco conhecimento em relação ao contexto da Educação Especial e que possuem dúvidas quanto ao como promover a inclusão na escola. Assim foi possível compreender que é necessário um trabalho de esclarecimento quanto ao serviço de Educação Especial nas duas escolas, bem como o papel, funcionamento e organização do AEE e o público alvo a ser atendido por essa modalidade de ensino.

**Palavras chaves:** Gestão Escolar. Inclusão. Educação Especial.

## ABSTRACT

### MANAGEMENT AND INCLUSION: THE CONTEXT OF TWO MUNICIPAL SCHOOLS IN JAGUARI/RS

AUTHOR: LETÍCIA SILVA

ADVISOR: ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

This paper had as its overall objective to comprehend the contribution of the school management regarding the inclusion of students with disabilities and special educational needs in two municipal school in Jaguari/RS, the chosen schools were an early childhood education school and an elementary school. In this context, it was intended to identify the strategies put into action by the school management regarding the movement of inclusion of this public into a regular school. The research was characterized as a qualitative research, and a semi-structured questionnaire and the Pedagogical Project of the schools were used as instruments of data collection. The questionnaire was answered by two principals and two pedagogical coordinators, representing the management team of two municipal schools of Jaguari/RS. In order to write this paper were utilized, as theoretical input, the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education (PNEEPEI), the Brazilian Law of Inclusion of the Person with Disabilities and studies related to School Management and Special Education. Among the writers which based this paper we can find Caregnato (2006), Mutti (2006), Gadotti (2004), Glat (2012), Antunes (2012), Gonçalves (2015), Libâneo (2004), Luck (2006), Mendes (2014), Vilaronga (2014), Zerbato (2014), Milanese (2012), Silva (2009) and Yin (2001). From the data obtained, it was possible to identify that the participants of the research do not know much related to the context of Special Education and they have questions regarding how to promote inclusion in school. Therefore, it was possible to understand that a clarification concerning the service of Special Education in both schools, as well as the role, operation and organization of the AEE and the target audience to be served by this teaching method is needed.

**Keywords:** School Management. Inclusion. Special Education.

## **Agradecimentos**

***A espiritualidade amiga por toda luz, amparo e proteção.***

***Ao Guilherme por todo o apoio, amor e dedicação.***

***A minha família que mesmo longe em muitos momentos sei que torcem por  
minhas conquistas.***

***Aos meus amigos que entendem a necessidade da minha ausência.***

***A minha orientadora por todo seu carinho, compreensão e encorajamento,  
gestos que foram essenciais para conclusão do trabalho.***

***Ao Luiz e ao Elionai por todo o companheirismo durante o curso e pelas  
risadas durante as viagens para realização das provas em Sobradinho.***

***Aos gestores das duas escolas, pois sem a participação de vocês não seria  
possível à realização da pesquisa.***

***As professoras que constituem a banca pelas contribuições que tenho certeza  
que enriqueceram meu trabalho.***

***Por fim, aos meus alunos que nos dias exaustivos e difíceis me ofertaram  
carinho e muitos sorrisos...***

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>8</b>
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>11</b>
<b>3 GESTÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO .....</b>	<b>13</b>
3.1 GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA.....	13
3.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	16
<b>4 A GESTÃO E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....</b>	<b>20</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>34</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A vida é uma descoberta a cada dia e não é fácil permanecer em pé ao passar pelos percalços dela. No ano de 2011, com dezoito anos, sem mesmo entender muito, porém na busca de um futuro diferente e prospero surge a oportunidade em prestar vestibular. E em meio a pesquisas sobre os cursos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) surgiu a ideia em prestar vestibular para o curso de Educação Especial noturno, pensando inicialmente na relação candidato vaga e posteriormente pedir reingresso para a Psicologia. Naquele momento eu acreditava querer ser psicóloga.

Nesse contexto, prestei vestibular e passei para o curso de Educação Especial noturno da UFSM. O início de tudo não foi fácil, cidade estranha, local para morar diferente, trabalhar, estudar, enfim “se virar” sozinha. Desde o primeiro semestre do Curso de Licenciatura em Educação Especial/UFSM, surgiram oportunidades de atuar em escolas que trabalham sob a perspectiva da Educação Inclusiva, com alunos público alvo da Educação Especial. Essas oportunidades surgiram através de estágios extracurriculares, sendo alguns, como monitora na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e participação em projetos de extensão, sendo, Estimulação Essencial<sup>1</sup>, PIBID - Iniciação a Docência<sup>2</sup> - Subprojeto Educação Especial e Mais Educação - Oficina de Atividades recreativas e Jogos Pedagógicos<sup>3</sup>.

Antes mesmo do término da Graduação, em outubro de 2016 surgiu à oportunidade de prestar a seleção para o curso de Especialização em Gestão Educacional na modalidade à distância pela mesma universidade. O interesse surgiu a partir das disciplinas de Gestão da Escola e Políticas Públicas cursadas no curso de Educação Especial e por ter sido monitora durante seis meses da

---

<sup>1</sup> O projeto de Estimulação Essencial, do NEPES/UFSM, atende crianças de 0 a 5 anos, com deficiências, visando estimular o desenvolvimento global da criança nos primeiros anos de vida.

<sup>2</sup> O Pibid é um programa que concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino, visando o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica.

<sup>3</sup> O Programa Mais Educação oferecido nas escolas públicas de ensino fundamental, consiste no desenvolvimento de atividades extracurriculares que acontecem no contra turno das aulas regulares.



disciplina denominada Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica. Contudo, o interesse em participar da seleção para ingresso na especialização foi principalmente por entender a importância da formação continuada e acreditar que os educadores especiais precisam saber sobre Gestão Educacional e Gestão Escolar.

A partir do exposto, este estudo tem como temática a gestão escolar e suas contribuições para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no espaço da escola. Pesquisar sobre essa temática nasce a partir das minhas experiências como monitora de alunos com deficiência e transtorno do espectro autista em escolas da rede pública e privada de Santa Maria/RS.

Durante minhas experiências surgiram questionamentos sobre como a gestão escolar pode contribuir para a inclusão efetiva dos sujeitos com deficiência e necessidades educacionais especiais que a cada dia adentram mais na escola regular a partir das políticas que assim os permitem. Tais experiências me possibilitaram acompanhar o pouco envolvimento do diretor/diretora nos processos de inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais na escola. Esse processo como pude observar nos contextos onde estive inserida ficava de responsabilidade de professores do ensino comum, educação especial e coordenação pedagógica.

Sabe-se que a partir das políticas de Educação Inclusiva (2008), os alunos com deficiência e transtorno do espectro autista puderam ter acesso a escolarização, assim houve a necessidade da presença do professor de educação especial na escola comum. Essas experiências me possibilitaram acompanhar por vezes o pouco entendimento com relação à atuação do professor de educação especial, a confusão entre o papel do professor de educação especial e do profissional de apoio/monitor, como também o público alvo a ser atendido pela Educação Especial.

Partindo da lógica em que a inclusão dos alunos público alvo da Educação Especial e dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola é tarefa de todos, acredita-se que para atingir os princípios de acesso, permanência e aprendizagem é necessário que toda a equipe e comunidade escolar estejam envolvidas no processo de escolarização desses sujeitos e tenham clareza do real papel de cada um dos agentes no processo.

Assim, o **problema de pesquisa** constitui-se em: Como as equipes de gestão escolar de duas escolas municipais de Jaguari/RS contribuem para a inclusão de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais?

E o **objetivo geral** deste estudo foi compreender a contribuição da gestão escolar para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais em duas escolas municipais de Jaguari/RS.

Nesse mesmo contexto, destaco como **objetivos específicos**: investigar como acontecem os processos de inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais; discutir sobre as estratégias traçadas e/ou pretendidas por parte da gestão escolar para a inclusão de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais; propor estratégias para a gestão escolar contribuir com a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais da escola.

A estrutura do estudo a seguir contempla o percurso metodológico, a fundamentação teórica sobre gestão escolar, educação especial e inclusão, apresenta e discute os dados da pesquisa sobre gestão e inclusão de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais. No final do estudo encontram-se as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho constituiu-se a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa, que conforme Minayo (2002, p. 22):

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesse sentido a pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma pesquisa de caráter que leva em consideração as crenças, o contexto, as ideais, as aspirações, os valores e significados que são atribuídos pelos sujeitos em determinado tempo, espaço e/ou situação. A abordagem qualitativa se ocupa de tudo aquilo que não pode ser quantificado através da estatística. Em outras palavras se trata do que é subjetivo ao sujeito.

No contexto da pesquisa qualitativa, utilizou-se como método o estudo de caso.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. A investigação de um estudo de caso baseia-se em várias fontes de evidências e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. (YIN, 2001, p. 32).

Para a realização do estudo foi feito contato previamente com as escolas, para a explanação do estudo. Nesse contexto foram convidados para participar da pesquisa direção e coordenação pedagógica das duas escolas.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados questionário semiestruturado para a obtenção de informações e o Projeto Pedagógico (PP) das escolas. O questionário foi respondido pelas equipes de gestão escolar das duas escolas, totalizando como participantes da pesquisa dois diretores e duas coordenadoras pedagógicas, sendo quatro questionários respondidos individualmente. Para essas atividades como materiais e equipamentos utilizou-se

folha de ofício A4, caneta e computador para a realização da discussão das informações coletadas.

O questionário foi disponibilizado para as escolas com duas semanas de antecedência para seu preenchimento, após a devolução as informações obtidas foram submetidas à análise categorial. De acordo com Caregnato e Mutti (2006, p. 683):

A análise categorial é o tipo de análise mais antiga e na prática a mais utilizada. “Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos”. A análise categorial poderá ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento. Este tipo de classificação é chamado de análise categorial.

No que se refere à análise, foram elencadas quatro categorias: tempo de atuação na gestão escolar, concepção que embasa a prática de gestão escolar, conhecimentos acerca do serviço de educação especial na escola e visão dos sujeitos da pesquisa sobre o modo como a gestão escolar pode contribuir para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais nas escolas. Sendo assim, os capítulos a seguir são referentes à gestão escolar, ao serviço de Educação Especial e a análise dos dados obtidos com os questionários aplicados na pesquisa.

### **3 GESTÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO**

Neste capítulo serão apresentadas a concepção de gestão escolar na perspectiva democrática e a Educação Especial conforme o contexto da educação inclusiva, temáticas que norteiam a pesquisa. Para isso, o capítulo será dividido em subseções de acordo com a temática que será discutida.

#### **3.1 GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA**

A partir dos estudos realizados nas disciplinas do curso de Especialização em Gestão Educacional pode-se compreender que a gestão escolar pública deve ser ancorada em uma perspectiva de gestão democrática, como prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206.

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização de competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais. (LUCK, 2006, p. 21).

Sabe-se que para a gestão escolar assumir um papel democrático precisa realizar a sua prática voltada para ações articuladas com os demais sujeitos da escola, não concentrando as deliberações e execuções apenas no papel do diretor(a) escolar. Assim, é de suma importância romper com o autoritarismo que caracterizou por muito tempo a figura do diretor escolar e fortalecer a democracia dentro das escolas, pois todas as pessoas que fazem parte da escola possuem o direito de opinar e participar das atividades que predominam no contexto escolar.

O gestor deve ter a responsabilidade de liderar, reunir esforços, motivar sua equipe para que todos encontrem no ambiente de trabalho a motivação necessária para a prática cotidiana. O gestor educacional, estando seguro das suas ações, não tem motivo para impor-se à equipe mostrando quem é o líder e o liderado, quem manda e quem obedece, ou seja, demonstrar a todos o seu status, de modo autoritário. (GONÇALVES, 2015, p.102).

Conforme o autor citado acima, o diretor tem o papel de líder na escola. Entende-se que um líder escuta e dialoga com sua equipe, discute assuntos relevantes, pensa e propõe estratégias, fornece suporte e principalmente motiva a equipe a melhorar, assim como realiza o seu trabalho da melhor forma possível.

Dentre as atribuições do diretor escolar está supervisionar e responder por todas as questões que envolvam a escola, sendo questões pedagógicas ou administrativas, assim como garantir um ambiente de trabalho favorável, condições e recursos materiais necessários para que seja possível atingir os objetivos pedagógicos da instituição. Em colaboração com os demais membros da equipe escolar, organizar e coordenar as atividades de planejamento pedagógico e PP, bem como, supervisionar, organizar e controlar as despesas financeiras da escola (LIBÂNEO, 2004).

Segundo Libâneo (2004, p. 217), as atribuições do gestor escolar consistem ainda em:

Promover a integração e a articulação entre a escola e a comunidade próxima, com o apoio e iniciativa do Conselho de Escola, mediante atividades de cunho pedagógico, científico, social, esportivo, cultural. [...]. Conhecer a legislação educacional e do ensino, as normas emitidas pelos órgãos competentes e o Regimento Escolar, assegurando o seu cumprimento. [...]. Garantir a aplicação das diretrizes de funcionamento da instituição e das normas disciplinares, apurando ou fazendo apurar irregularidade de qualquer natureza, de forma transparente e explícita, mantendo a comunidade escolar sistematicamente informada das medidas. [...]. Buscar todos os meios e condições que favoreçam a atividade profissional dos pedagogos especialistas, dos professores, dos funcionários, visando à boa qualidade do ensino.

Assim, é de suma importância que os gestores escolares participem das questões administrativas, mas principalmente das questões pedagógicas, pois a gestão escolar envolve o reconhecimento da:

[...] importância da participação de todos na organização e no planejamento do trabalho escolar, uma vez que o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização no processo pedagógico, à participação de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante compromisso coletivo. (FURQUIM, BRAGA, IRGANG, 2009, p. 2).

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996), a gestão escolar possui a incumbência de construir a sua própria proposta pedagógica. Nessa lógica, sabe-se que o PP de uma escola é um documento norteador das ações pensadas e executadas dentro do ambiente escolar, daí sua importância para a efetivação das propostas a serem planejadas e desenvolvidas. O PP é um dispositivo da gestão democrática, assim é

responsabilidade da equipe gestora construí-lo e executá-lo junto à comunidade escolar. É de suma importância retomar seus princípios e reorganização sempre que necessário pelo caráter democrático que possui.

Diante da autonomia que a escola possui é seu dever administrar os recursos humanos, materiais e financeiros, integrar a comunidade escolar nas ações da escola e contribuir com a aprendizagem de todos os alunos que a frequentam. Nesse contexto, a perspectiva de gestão democrática no ambiente escolar vem sendo defendida e assegurada na legislação vigente.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares e equivalentes. (BRASIL,1996).

Portanto, os discursos orientam a todos os sujeitos envolvidos com a escola a seguir uma ideologia de partilha do poder, isso significa a construção de uma cultura de gestão democrática dentro da escola, onde todos os sujeitos se comprometem com todos os processos que envolvem o contexto escolar. Assim como a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais na escola.

Desse modo, um agente que deve contribuir para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais na escola comum é a gestão escolar. Entendem-se como gestores, nesta pesquisa, os diretores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e professores do ensino comum e educação especial e demais integrantes da comunidade escolar. São de todos esses segmentos a responsabilidade para com o acesso, permanência e aprendizagem de todos os alunos da escola, promovendo, sempre que possível um ambiente inclusivo e de aprendizagem para os alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais que frequentam a escola.

Para que a inclusão efetiva aconteça é essencial que os gestores tenham clareza sobre o papel do professor de educação especial na escola, o entendimento sobre o serviço prestado por esse profissional que é principalmente o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o objetivo, a organização e o espaço destinado para tal.

Além disso, quando houver a necessidade é imprescindível à solicitação junto à Secretária Municipal de Educação o fornecimento do profissional de apoio, tradutor/interprete de libras, guia vidente, materiais e equipamentos de acessibilidade, como também adequações arquitetônicas e cursos de formação continuada, para incluir esses alunos na escola de forma satisfatória.

Um esclarecimento que parece ser importante ressaltar é a diferenciação de deficiência e necessidade educacional especial. Percebe-se que nas escolas existe a compreensão dos termos como sinônimos, no entanto, não se configuram assim. Existe a legislação específica da área, principalmente a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) que afirma que a pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2008, p. 9).

E com relação às necessidades educacionais especiais, Glat e Antunes, (2012, p. 1), ressaltam que:

Já o conceito de necessidade educacional especial é amplo e engloba tanto, as características individuais do aluno, como o contexto histórico-cultural em que ele vive e se constitui. Necessidades educacionais especiais não são provocadas apenas por condições orgânicas, mas podem resultar de problemas psicológicos, sociais, culturais, entre outros, que interferem no processo de aprendizagem do aluno e que demandam uma atenção diferenciada.

Acredita-se ser importante o entendimento dessa diferenciação por parte da equipe gestora e dos demais segmentos da escola para o entendimento correto sobre os dois grupos e para que assim possam contribuir com o atendimento das reais necessidades de aprendizagem desses sujeitos. A seguir o estudo irá discutir sobre a educação especial no contexto da educação inclusiva.

### 3.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL CONFORME O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Durante grande parte da história os atendimentos aos alunos com deficiências aconteceram separadamente dos alunos com desenvolvimento típico. Esses atendimentos aconteciam principalmente nas instituições especializadas como a



Associação dos Amigos e Pais dos Excepcionais (APAES) ou em classes especiais de ensino, situadas dentro da escola comum. Esses serviços, em algum momento, foram considerados segregacionistas e, assim, nas últimas décadas surgiram políticas públicas de inclusão escolar.

A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência outorgada pela ONU em 2006 é ratificada pelo Brasil como emenda constitucional, por meio do decreto Legislativo 186/2008 e pelo Decreto Executivo 6949/2009. Este documento sistematiza estudos e debates mundiais realizados ao longo da última década do séc. XX e nos primeiros anos deste século, criando uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social. (BRASIL, 2015, p.11).

Na década de 1990 a inclusão escolar começa a ser pensada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394, de 1996 em seu artigo 4º, inciso III, dispõe que deve ser ofertado “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, p. 1). Com isso começa aos poucos a transição de alguns alunos das classes especiais de ensino e das APAES para as escolas de ensino comum, assim passaram a frequentar as turmas de ensino comum junto aos demais alunos com desenvolvimento típico.

Além da LDBEN, temos a PNEEPEI (2008), a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), tais documentos deram forças à inclusão das pessoas com deficiência em diversos espaços e principalmente o direito de acesso à escola comum. Quanto aos alunos com necessidades educacionais especiais, acredita-se que sempre estiveram presentes na escola. Entretanto não eram identificados, em muitos casos foram considerados como alunos “problema”, alunos que não aprendiam ou não eram interessados, ou seja, as dificuldades do aluno eram centradas apenas nele.

Os demais fatores para a não aprendizagem não eram levados em consideração. Atualmente sabe-se que as dificuldades podem estar associadas a fatores emocionais, sociais e culturais, fatores que o aluno vivenciava fora e dentro da sala de aula.

Com relação aos alunos considerados público alvo da educação especial, atualmente o principal serviço ofertado pelo Estado para contribuir com a escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e

altas habilidades/superdotação, além do atendimento da sala de aula comum é o AEE. A PNEEPEI (2008) afirma que:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 9).

A Educação Especial tem um papel de suma importância com relação à escolarização, aprendizagem e inclusão desses alunos nas mais diversas atividades escolares. No enunciado abaixo o público alvo que frequenta a Sala de Recursos Multifuncional (SRM) e tem direito ao atendimento educacional especializado é denominado, no entanto, os alunos com diferentes necessidades educacionais especiais também podem ser atendidos pelo AEE, pois em muitos casos as escolas não dispõem em sua equipe de outros profissionais especializados como psicopedagogos, por exemplo.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, 2008, p.15).

Nesse contexto, o serviço de educação especial na perspectiva da educação inclusiva que está em funcionamento nas escolas atualmente é denominado AEE. Conforme a PNEEPEI (2008), é atribuição do serviço de AEE:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 9).

Com relação ao espaço físico destinado ao funcionamento, este é denominado Sala de Recursos Multifuncional (SRM). O espaço da SRM configura-se como um:

[...] espaço destinado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e, também, para o desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Assim, a SRM deverá ser organizada com diferentes equipamentos e materiais, de modo a atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. (MILANESI, 2012, p. 24).

No entanto, atualmente alguns estudos têm nos mostrado que apenas o serviço de AEE e a sala de aula comum não estão sendo suficientemente potentes para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais na escola comum. Estudos como o de Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014, p.123) vão ao encontro com esse pensamento quando afirmam que “Além deste tipo de AEE em sala de recursos manter a separação entre Educação Especial e educação comum, dado que tende a manter a responsabilidade dividida pela educação de alunos considerados normais e especiais”.

Desse modo, o serviço de AEE centrado apenas em SRM pode acabar atribuindo essa responsabilidade apenas ao serviço de educação especial. Portanto, para que a ação de incluir e possibilitar meios para que o aluno aprenda e se desenvolva, são necessárias intervenções que promovam aprendizagens significativas e contextualizadas indo ao encontro com as reais necessidades do aluno em determinado momento. E isso não ocorre apenas na SRM, mas sim com intervenções nos diversos ambientes e atividades desenvolvidas na escola ou fora dela. Para alcançar tal finalidade é necessária a participação de toda a gestão e equipe escolar, pois o aluno com deficiência ou necessidades educacionais especiais é aluno da escola e não apenas do serviço de educação especial.

O capítulo seguinte deste trabalho, denominado “A gestão e a inclusão de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais” irá apresentar os resultados da pesquisa e a discussão destes.

#### **4 A GESTÃO E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Neste capítulo serão apresentados os dados da pesquisa. A análise foi realizada a partir dos dados obtidos através dos questionários respondidos pelos diretores (2) e coordenadoras pedagógicas (2) de duas escolas municipais de Jaguari/RS, uma escola de educação infantil e uma escola de ensino fundamental.

A fim de assegurar o anonimato das instituições participantes desta pesquisa, denominou-se de Escola F a escola de educação infantil e de Escola B a escola de ensino fundamental. Os sujeitos da pesquisa tiveram os nomes fictícios de Maria (diretora) e Ana (coordenadora pedagógica) da escola F e a equipe gestora da escola B teve os nomes fictícios de José (diretor) e Isabel (coordenadora pedagógica).

Foram entregues quatro questionários no total, sendo dois questionários na escola F e dois questionários na escola B. Todos os questionários foram retornados e conforme o solicitado na entrega foram respondidos individualmente.

Elencaram-se para a discussão quatro categorias, sendo elas: tempo de atuação na gestão escolar, concepção que embasa a prática de gestão escolar, conhecimentos acerca do serviço de educação especial, contribuição da gestão escolar para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais.

Sobre o **tempo de atuação na gestão escolar**, pode-se saber que os diretores das duas escolas F e B assumiram o cargo no início desse ano, assim como a coordenadora pedagógica da escola F. A coordenadora da escola B possui três anos de atuação no cargo e em anos anteriores foi diretora da mesma escola. É importante ressaltar que outrora para assumir os cargos de gestão escolar existiam eleições de diretores e no momento atual a gestão municipal tem optado pela indicação para a ocupação do cargo de diretor(a).

A partir desses dados pode-se perceber que o pouco tempo de atuação no papel para alguns dos sujeitos se configura como um momento de adaptação. No entanto, a experiência de cada um como professores pode contribuir para que exerçam suas funções como gestores escolares da melhor forma possível, além disso, assumir essa atribuição configura-se como um desafio para os professores e é preciso constante formação continuada por partes destes.

O questionário abordou sobre **a concepção que embasa a prática de gestão escolar** dos participantes.

O diretor e a coordenadora pedagógica da escola B responderam que acreditam que sua prática “se aproxima das ideias de gestão democrática” (José), *“Uma escola democrática onde todos participam e tenham autonomia” (Isabel)*.

Com relação à escola F, a diretora também fez referência a gestão democrática. *“Para ser uma gestão efetiva, ela precisa ser democrática, para respeitar todos os envolvidos, que nela atuam. Assim podemos garantir o cumprimento do que foi decidido em conjunto, gerando aprendizagens significativas” (Maria)*. Já a coordenadora pedagógica da escola F não mencionou a gestão democrática, respondeu que sua prática é embasada em Wallon e Freire.

Assim, entende-se que as duas escolas acreditam estar dentro de uma perspectiva de gestão democrática compartilhada com a equipe e comunidade escolar.

A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI, 1994, p. 2).

Sendo assim, é imprescindível ter clareza e comprometimento quanto às decisões tomadas, pois é responsabilidade de todos os segmentos que compõem a escola.

Ao serem questionados se em sua formação inicial foram contemplados os **conhecimentos acerca do serviço de educação especial**, a diretora e a coordenadora pedagógica da escola F responderam que sim. As duas mencionaram que tiveram uma disciplina chamada Educação Inclusiva no curso de Pedagogia, inclusive uma delas relatou que seu trabalho de conclusão de curso foi relacionado à temática. *“Sim, tive uma cadeira sobre a Educação Inclusiva, o que me levou a fazer a monografia sobre o trabalho com autistas através do método TEACHE” (Ana)*.

Os demais sujeitos responderam que durante sua formação inicial não tiveram nenhum assunto sobre a temática da educação especial.

No entanto, todos relataram que dentro do possível buscam conhecimentos sobre a temática e que a Secretária Municipal de Educação oferta formações sobre o assunto e que buscam participar desses momentos.

Assim, é possível compreender que é relevante partilhar conhecimentos sobre a temática, sendo esse um dos papéis da educação especial na escola. É imprescindível o fornecimento de materiais sobre o assunto, como as legislações que tratam sobre as deficiências e necessidades educacionais especiais, a diferenciação de cada uma, artigos científicos, livros, portfólios e a divulgação de cursos de formação continuada.

Os professores mesmo não possuindo conhecimentos específicos sobre Educação Especial, atuam com os alunos público alvo, assim é necessário buscar e reivindicar formação continuada. Compreender para atuar, afinal a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais na escola é um fato incontestável. Em alguns casos o tempo que o professor de educação especial tem de trocas e diálogo com os demais professores é um espaço de tempo curto, isso se deve em algumas situações a quantidade de alunos ou então a carga horária reduzida do profissional na escola.

No entanto, com as tecnologias é possível criar grupos em redes sociais para discussão sobre o tema e assim minimizar a falta de conhecimento. Também é possível em parceria com a gestão escolar, criar encontros em dado intervalo de tempo para que ocorra partilha e diálogo sobre a temática da educação especial, promovendo os mais diversos conhecimentos que permeiam essa modalidade de ensino. Além disso, atualmente existem diversas formas e meios para entender minimamente sobre o assunto.

O questionário também abordou sobre a contemplação do serviço de Educação Especial no PP das duas escolas.

As duas escolas responderam apenas que existem itens que contemplam a educação especial no PP, porém não mencionaram o que está explícito no documento.

*“Sim. Existem alguns itens” (Maria).*

*“O Projeto Político Pedagógico contempla a Educação Especial” (Ana).*

*“Sim” (José).*

*“Sim” (Isabel).*

Assim, foram solicitados para as duas escolas o PP de cada uma para verificar tais itens. Na escola B constam aspectos direcionados a acessibilidade, ao AEE e SRM.

A Escola assegura o acesso e a permanência de alunos com AEE oferecendo recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem, devendo ser realizado, prioritariamente, na sala de recursos da própria escola, dispondo de uma professora com formação específica para educação especial, realizando atendimentos semanalmente, em horário concomitante ao da aula. (PP DA ESCOLA B, 2018, p. 21).

A escola conta com diversas alternativas, desde jogos pedagógicos, até materiais para confecção de atividades à disposição das professoras, para utilização, tanto em sala de aula, quanto na sala de recursos. (PP DA ESCOLA B, 2018, p. 21).

O AEE visa eliminar barreiras para a plena participação do aluno na sociedade e no desenvolvimento de sua aprendizagem, considerando suas necessidades específicas (PP DA ESCOLA B, p. 22). Na escola há sala de recursos, com dois computadores, três notebooks, duas impressoras e armário com jogos diversos. (PP DA ESCOLA B, 2018, p. 22).

Os PPs das duas escolas contemplam a educação especial, no entanto quando questionados sobre isso, os participantes não citaram o que continha no documento. A partir da leitura do documento pode-se perceber que na Escola B a questão da acessibilidade é contemplada, assim como o fornecimento de recursos e materiais pedagógicos são assegurados para o atendimento a esses alunos.

Quanto ao AEE no documento consta que o atendimento e a aprendizagem do aluno deve ser prioritariamente em sala de recursos, tal colocação não vai ao encontro com a perspectiva inclusiva. A aprendizagem dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais acontece em diversos espaços e na perspectiva da educação inclusiva o compromisso com a aprendizagem desses alunos é de todos.

Além disso, identificou-se que o AEE é ofertado no mesmo turno de aula dos alunos, o que não é o recomendado pela PNEEPEI. Contudo, essa organização pode estar vinculada ao fato de que a escola B localiza-se no interior do município e os alunos vão para a escola de transporte escolar.

Com relação a escola F, identificaram-se aspectos relativos à educação especial no que se refere à caracterização e as atribuições do professor que atua com o AEE.

De acordo com a Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, Art. 3 A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional. (PP DA ESCOLA F, 2018, p. 14).

Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. (PP DA ESCOLA F, 2018, p.14).

Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (PP DA ESCOLA F, p.15)

De acordo com o PP, é possível identificar referências aos itens que constam no documento da PNEEPEI, enfatizando a educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de ensino. Além disso, ressaltando a importância da elaboração e execução do plano de atendimento educacional especializado, a articulação do professor de educação especial com os demais professores da escola para que a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais seja promovida nas diversas atividades escolares.

No que se refere ao espaço da SRM, a escola F disse não possuir, mas que dentro de suas possibilidades organizou um espaço com alguns recursos para a realização do AEE. Contudo, essa sala também é utilizada como sala de jogos em outros momentos.

*“Nossa escola é municipal e com ajustes foi possível montar um espaço com alguns recursos para a educadora especial e quando for necessário o uso da mesma” (Ana).*

*“A escola não possui o espaço da Sala de Recursos, sempre que precisamos, adaptamos uma sala que é utilizada, semanalmente, pela educadora especial” (Maria).*

Nesse sentido, entende-se ser necessária uma sensibilização com a escola F, com relação ao entendimento de que a SRM é um espaço próprio que deve ser utilizado apenas para a realização do atendimento. Nesse sentido, é importante realizar junto ao órgão responsável a solicitação da SRM enviada pelo Ministério da Educação e Cultura.

A escola B afirmou que possui o espaço e alguns recursos. *“Sim. A escola ainda está em adequação à acessibilidade, o que foi feito até agora é com o que fomos contemplados com o dinheiro do FNDE” (Isabel).*



Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. As Salas de Recursos Multifuncionais constituem-se em espaços para a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, complementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial. (BRASIL, 2015, p.16).

Nesse contexto, dentro de suas possibilidades e dos recursos que obteve até o momento a escola B tem buscado se adequar quanto à acessibilidade. Identifica-se assim uma estratégia de contribuição para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, pois a escola buscou os direitos que as políticas públicas asseguram.

A partir da colocação da escola F observa-se que existe um desconhecimento com relação ao direito ao programa de implantação das SRMs, pois as escolas municipais também participam desse programa de implantação.

Questionou-se sobre os casos de deficiência e necessidades educacionais especiais matriculados na escola. A escola F respondeu que não existem casos matriculados com deficiência, mas existem casos que estão sendo avaliados pela educadora especial.

*“No momento não temos nenhuma criança matriculada com deficiência. Mas existem alguns casos que estão sendo avaliados” (Maria).*

*“Na escola temos crianças em avaliação com a educadora especial” (Ana).*

E a escola B respondeu que *“Não saberia dizer se existe algum caso com necessidade” (José).* *“Temos alunos com dificuldades em aprendizagem, quanto a deficiência ou necessidade educacional não temos diagnóstico de profissional ou informação dos familiares” (Isabel).*

Diante de tais respostas é possível compreender que as escolas não possuem esse público ou então não tem conhecimento sobre quem são os sujeitos que o constituem. Assim, é de suma importância um trabalho de conscientização com as equipes das duas escolas.

Portanto, é fundamental que a comunidade escolar, diante da inclusão do aluno com deficiência, tenha um espaço para discutir sobre a deficiência, procurando tirar dúvidas e questionamentos de todos os seus membros, objetivando assim contribuir para desmistificar ideias errôneas e preconceituosas a respeito da pessoa que a apresenta. (MELLO; MARTINS, 2007, p. 5).

Isso se refere também as necessidades educacionais especiais, pois é preciso conhecer e entender para poder contribuir com a inclusão e aprendizagem desses alunos.

Sobre os processos de inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais na escola, a escola B não respondeu.

Já a escola F afirmou que quanto ao acesso desses alunos *“Na escola sempre disponibilizamos vagas” (Maria)*. *“Se dá normalmente como qualquer outro aluno” (Ana)*.

Quanto a permanência foi dito que *“O período que for necessário. Em outros anos, tivemos casos que a criança não tinha condições de permanecer no período integral e a família não respeitava o horário combinado” (Maria)*.

*“A permanência é sempre normal, pois as crianças gostam da escola, das atividades e a adaptação torna-se satisfatória” (Ana)*.

E com relação às adaptações curriculares/aprendizagem foi respondido que *“Enfrentamos algumas dificuldades e resistências por parte de alguns professores (talvez por medo) e aceitação dos familiares. Mas com a vinda da profissional (Educadora Especial) na escola, está ficando mais tranquilo, auxiliando nas adaptações” (Maria)*.

Maria acredita que com a presença da educadora especial na escola a inclusão dos alunos está ficando mais tranquila. Nesse sentido, pode-se constatar o quão importante é a presença efetiva do professor de educação especial nas escolas, assim como a realização de trabalhos de sensibilização sobre as questões da Educação Especial com todos.

*“A aprendizagem é lenta, com algumas adaptações quando necessário, porque as crianças se encontram na convivência da turma e participam normalmente” (Ana)*.

Ana entende que a aprendizagem das crianças com deficiência e necessidades educacionais especiais é lenta, isso pode estar relacionado ao estigma ou mitos sobre a deficiência que possui ou então a suas experiências anteriores com esse público. Contudo, Ana parece acreditar que no convívio com a turma e nas interações estabelecidas nos diversos ambientes e atividades propiciadas esses sujeitos aprendem tanto quanto os demais, mas em seu tempo e sendo atendidas suas necessidades de aprendizagem.

Esse pensamento vai ao encontro com Silva e Galuch (2009, p. 8), pois entendem que a “interação entre os alunos é uma ação importante no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais”.

Em questão da acessibilidade foi dito que: *“No que se refere das barreiras físicas, ainda precisa de algumas adequações. Mas quanto a aceitação, não existe discriminações” (Maria).*

Maria explica que a escola possui barreiras físicas, ou seja, barreiras arquitetônicas de acessibilidade, assim é possível compreender que a gestora acredita que a acessibilidade arquitetônica da escola precisa ser revista e devem ser realizadas mudanças quanto a isso. No que se refere às barreiras atitudinais, ou seja, as atitudes de discriminação e diferença com relação a esse público de alunos, acredita que na escola não existem mais nesse momento. *“Todos frequentam normalmente a escola, e aceitam os jogos, brincadeiras, são amigos e interagem uns com os outros” (Ana).*

A fala de Ana apresenta um pensamento próximo ao interacionismo, a participante entende que todos os alunos frequentam a escola e possuem um bom relacionamento. No entanto, é preciso pensar que existem diferenças e que cada sujeito é um, as necessidades de aprendizagem e vivências são diferentes, nem todos são necessariamente amigos.

O questionário também abordou sobre **à contribuição da gestão escolar para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais**. A escola B respondeu que contribui *“Oportunizando a classe educacional voltada a questão da inclusão, que acontece gradualmente e requer ajuda de toda comunidade escolar” (Isabel).* *“Oportunizando as práticas educacionais voltadas às questões da inclusão” (José).*

A escola F respondeu que *“A gestão escolar pode contribuir aceitando as crianças e junto com os professores promover atividades prazerosas com todos, dando uma atenção ao portador de qualquer necessidade e um olhar atento a inclusão” (Ana).* *“Acredito que a aprendizagem se dá através das interações, tudo vai depender da forma em que os recebemos, pois as crianças são espontâneas, colaborativas, receptivas e manifestam sua empatia naturalmente. Isto é bem claro de perceber ao realizar diferentes propostas de trabalho, como adaptação de ambientes e atividades que possam incluir a todas as crianças” (Maria).*

A partir dos relatos descritos, percebe-se que as equipes de gestão escolar das duas escolas não possuem clareza sobre o seu papel como um agente que contribui com a inclusão escolar. Atualmente algumas escolas mesmo com a política de educação inclusiva, ainda não contam com o profissional de educação especial atuando em sua equipe pedagógica, isso pode ter ocorrido com essas duas escolas até o momento.

Assim, com relação aos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais das escolas, os casos mais “urgentes” eram atendidos pela APAE e o restante a escola dava conta sozinha. Desse modo, acredita-se que todas essas circunstâncias explicam o pouco conhecimento sobre as questões da educação especial, bem como a necessidade da criação de uma proposta de educação inclusiva definida nas duas escolas.

Quando questionados se a equipe pensa e discute estratégias para contribuir com a inclusão desses alunos, foi respondido que:

*“Sim, a escola com sua equipe se reúne na busca de estratégias que possam fazer um trabalho dinâmico e acessível às crianças” (Ana).*

*“Nossa equipe sempre busca melhor atender as crianças, pensando e discutindo juntas quais as melhores estratégias através de reunião, ou busca ajuda com outras profissionais especializadas” (Maria).*

*“As estratégias ocorrem no decorrer do processo da vinda deste aluno para a escola” (José).*

*“Sempre é discutido, na maioria das vezes não ocorre aceitação dos professores, porque não se sentem preparados para a inclusão” (Isabel).*

Os participantes da pesquisa afirmam que pensam estratégias para contribuir com a inclusão escolar. Desse modo, percebe-se é imprescindível um espaço de diálogo, afinal estratégias não podem ser pensadas em espaços de curto intervalo dos professores. É necessário, como afirmou Maria, que as estratégias possam ser pensadas através de momentos como as reuniões pedagógicas, tais movimentos dentro da escola podem vir a amenizar a falta de aceitação de alguns profissionais para a inclusão escolar.

Para finalizar os questionamentos, foi perguntado sobre o interesse dos professores em saber mais sobre os assuntos da educação especial.

*“É do nosso interesse, pois nossas reuniões, formação continuada mostram a necessidade de o professor estar envolvido continuamente com o tema, já que a*

*inclusão existe; É fundamentalmente importante que o professor tenha acesso diário sobre o assunto” (Ana).*

*“Sempre que possível procuramos nos formar e informar. Estamos nos organizando, junto a Secretária de Educação, e em parceria com o IFE do nosso município, formações mensais em nossa instituição de ensino” (Maria).*

*“Sim” (José).*

*“Interesse nos temos, mas não depende de nós e sim da secretária de educação” (Isabel).*

A partir das falas dos participantes da pesquisa percebe-se que demonstram interesse, contudo observa-se também que existe a espera com relação à partilha do conhecimento. Acredita-se que a formação continuada é uma busca pessoal para a construção/reconstrução de conhecimento. Entretanto, ressalta-se que é de suma importância a oferta de cursos de formação continuada para os professores de ensino comum e ensino especial, com o objetivo de promover a partilha, compreensão e produção de conhecimento para todos os professores de modo a contribuir efetivamente com a inclusão escolar dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a escrita desse estudo remete-se a vida como fonte de descobertas. É assim que entendo as vivências, conquistas, percalços, desafios e tudo que me ocorreu até o presente momento.

Durante a realização desse trabalho não foi diferente, ao mesmo tempo em que começava a escrita do trabalho de monografia da especialização em Gestão Educacional à distância da UFSM, recebi minha nomeação e assumi um concurso público para o cargo de educadora especial no município de Jaguari/RS.

Nesse contexto, foi necessário dividir as responsabilidades, pois foi a primeira vez que assumi o papel de educadora especial e nesse caso em duas escolas diferentes. Assim, para a realização do trabalho de conclusão da especialização, resolvi executar a pesquisa nas duas escolas onde assumi o cargo, a fim de conhecê-las e contribuir com as práticas pedagógicas que acontecem nesses dois espaços de ensino e aprendizagem.

Assim, a intencionalidade do estudo consistiu em compreender como a gestão escolar contribui para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais em duas escolas municipais de Jaguari/RS.

Nesse contexto, com relação aos processos de inclusão de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, foi possível compreender que as equipes das duas escolas se esforçam para que a inclusão ocorra da melhor forma possível. Os alunos são recebidos, acolhidos e busca-se inseri-los em todo o contexto da escola. Dentro de suas possibilidades e de seu interesse, os alunos participam das diversas atividades e espaços proporcionados pela escola no decorrer do ano letivo.

As estratégias da gestão escolar de uma das escolas para a inclusão de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais consistem na busca de orientação e auxílio com toda a sua equipe, assim como com profissionais especializados de outra instituição de ensino do município. Essa estratégia tem o objetivo de melhor atender os alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais que estudaram na escola até o momento.

As duas escolas receberam esse ano a professora de educação especial e, conforme os dados da pesquisa, a presença e o papel que a profissional vem executando tem sido de suma importância para a inclusão desse público na escola.

Nesse sentido, a escola F mesmo não possuindo a SRM providenciou um espaço para a oferta do AEE, recursos e materiais pedagógicos com o intuito de possibilitar o funcionamento na escola. Identificou-se também como estratégias que em anos anteriores a escola B conseguiu a implementação da SRM, a escola fornece recursos e materiais pedagógicos para o AEE e está buscando se adequar com relação à acessibilidade.

No entanto, o conhecimento por parte das duas equipes de gestão escolar sobre a temática da educação especial necessita ser ampliado. Portanto é de suma importância a realização de um trabalho esclarecedor sobre o papel da educação especial, o funcionamento e organização do AEE e o público alvo atendido por essa modalidade de ensino.

Para isso, serão disponibilizados materiais teóricos sobre educação especial e educação inclusiva, legislações que fundamentam as práticas da modalidade e artigos e pesquisas que caracterizam o público alvo da educação especial. Sempre que possível será solicitado espaços de fala em reuniões pedagógicas, orientações dentro dos turnos em que a educadora está presente na escola. E se assim for possível, futuramente, a organização de um curso de formação sobre a temática da educação especial e educação inclusiva.

Para concluir, a pesquisa identificou que as duas equipes de gestão escolar contribuem para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, providenciando o espaço físico, os recursos e materiais pedagógicos para o atendimento desses alunos na escola. Acredita-se que para contribuir com a inclusão é necessário que cada educador, esteja no papel de gestor escolar ou não, busque formação continuada ao longo de sua carreira profissional, para que assim possa contribuir efetivamente com a inclusão escolar dos alunos com deficiência e necessidade educacionais especiais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei n. 13.146/2015. (Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 10 abril. 2018 .

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm)>. Acesso em 10 abril. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 10 abril. 2018.

BRASIL. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2015. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: Análise de discurso versus Análise de conteúdo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>>. Acesso em: 16 abril 2018.

FURQUIM, A. S. S. dos.; BRAGA, E. F.; IRGANG, S. R. P. **Os caminhos da gestão escolar: discutindo as atribuições e a prática do coordenador pedagógico**. Disponível em <<http://www.partes.com.br/educacao/caminhosdagestao.asp>> Acesso em 05 maio 2018.

GADOTTI, M. **Gestão democrática e qualidade de ensino**. 1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público, Belo Horizonte: Minas centro, 28 a 30 de julho de 1994.

GLAT, R.; ANTUNES, K. C. V. **Pesquisa em Educação Especial: reflexões sobre sujeitos, ética e metodologia**. Disponível em: <[http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/GLAT\\_E\\_ANTUNES,Capdelivro\\_2012.pdf](http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/GLAT_E_ANTUNES,Capdelivro_2012.pdf)> Acesso em: 04 de jun. 2018.



GONÇALVES, A. C. S. **A gestão democrática no Brasil e o papel do gestor nas escolas.** Disponível em: <<https://www.fara.edu.br/sipe/index.php/anuario/article/download/272/245>>. Acesso em 20 maio 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MELLO, F. R. L. V.; MARTINS, L. A. R. **Informação e conscientização:** aspectos indispensáveis para otimizar a inclusão escolar. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/059.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo como apoio á inclusão escolar.** EdUFSCar, 2014.

MILANESI, J. B. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista.** 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, M. A. M.; GALUCH, M. T. B. **Interação entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais: possibilidades de desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/213.pdf>>. Acesso em 21 maio 2018.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Disponível em: <[https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia\\_da\\_pesquisa\\_estudo\\_de\\_caso\\_yin.pdf](https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf)>. Acesso em: 24 agosto 2018.

## Anexo A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL EAD  
1º SEMESTRE DE 2018  
Profa. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu, Letícia Silva, matrícula 201760989, RG 2112181306 estudante do curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estou realizando uma pesquisa intitulada “GESTÃO E INCLUSÃO: O CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JAGUARI/RS” sob orientação da Professora Mestre Alexandra Silva dos Santos Furquim. Este estudo caracteriza-se como monografia de especialização. O estudo busca *investigar como a gestão escolar contribui para a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais em duas escolas municipais de Jaguari/RS*. A pesquisa possui como instrumento de coleta de dados questionário semiestruturado. Salientamos que os participantes não terão qualquer prejuízo físico, moral, psicológico ou financeiro por participar da pesquisa.

Você esta sendo convidado a participar da pesquisa, mas é importante lembrar que a sua participação não é obrigatória e a qualquer momento pode desistir de participar e retirar o consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição (UFSM). Informamos que os nomes de todos os participantes serão substituídos por nomes fictícios impossibilitando sua identificação. O procedimento não causará nenhum dano à integridade dos participantes e sua identificação será mantida sob sigilo absoluto. Sua participação é muito importante pois auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos proporcionando maiores informações e discussões que podem trazer benefícios para a área de Gestão Escolar, Educação Especial e Educação Inclusiva. Assim, os dados obtidos nos questionários serão

apresentados em forma de relatório e poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em congressos, seminários e publicados em diferentes meios como relato de pesquisa. Todas as informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo nominal de todos os envolvidos.

---

Letícia Silva  
Pesquisadora Responsável

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_, estou de acordo em participar da pesquisa de forma totalmente voluntária, podendo ser solicitado o desligamento a qualquer momento e que a minha identidade será preservada. Alego que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa. O pesquisador me informou que o estudo faz parte do trabalho de monografia, ou seja, sua conclusão no curso de especialização de Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. Assim, concordo e assino este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

---

Assinatura do participante

## **Anexo B**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO E INCLUSÃO: O CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS  
DE JAGUARI/RS**

**Pesquisadora:** Leticia Silva

**Orientadora:** Profa. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim

### **Instruções**

O presente questionário tem como objetivo investigar como a gestão escolar contribui para a inclusão dos alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais em duas escolas municipais de Jaguari/RS.

As questões são dispostas de duas maneiras: fechadas e abertas.

**Por favor, responda de forma clara e franca.**

Sua contribuição é de extrema relevância para esta pesquisa e para o conhecimento de como a gestão escolar de duas escolas municipais (uma na cidade e uma no interior) contribui para a inclusão dos alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais na cidade de Jaguari/RS.

**OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!**

**I – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO**

Nome: \_\_\_\_\_

Nome fictício: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Telefones para contato: \_\_\_\_\_

1. Há quantos anos está exercendo o cargo de Diretor, Vice-Diretor ou Coordenador Pedagógico? \_\_\_\_\_

2. Na sua formação profissional foram contempladas temáticas que envolvam a Educação especial?

( ) sim      ( ) não

Se sim, quais?

---

---

---

---

3. Você busca estudar/pesquisar sobre a temática da Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos Multifuncional?

---

---

---

4. Qual a concepção de gestão escolar que embasa a sua prática?

---

---

---

5. No Projeto Político Pedagógico o serviço prestado pela Educação Especial é contemplado?

---

---

---

---

---

---

6. A escola possui o espaço da Sala de Recursos Multifuncional e os recursos pedagógicos e de acessibilidade para o Atendimento Educacional Especializado?

---

---

---

---

---

---

7. Você saberia responder quais são os casos de deficiência /necessidades educacionais especiais matriculados na escola que você trabalha atualmente?

---

---

---

---

8. Conte como ocorrem os processos de inclusão dos alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais na escola a qual você atua.

Acesso:

---

---

---

---

Permanência:

---

---

---

---

Adaptações curriculares/Aprendizagem:

---

---

---

---

Acessibilidade:

---

---

---

---

9. Em sua opinião, como a gestão escolar pode contribuir para a inclusão dos alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais matriculados na escola?

---

---

---

---

---

10. A equipe gestora discute/pensa/propõe estratégias para contribuir com a inclusão dos alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais escola?

---

---

---

11. É do interesse da equipe gestora, ter acesso a materiais teóricos, legislação e portfólios de materiais pedagógicos e de acessibilidade e divulgação de cursos, seminários, congressos sobre a Educação Especial e a Educação Inclusiva?

---

---

---

---

Comentários e sugestões:

---

---

---

---

---

**OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!**